

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 978003 - RS  
(2016/0233079-1)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS  
DO BANCO DO BRASIL PREVI**  
**ADVOGADOS : RÉGIS BIGOLIN - RS059575  
IGOR HAMILTON MENDES - RS061815  
FABRICIO ZIR BOTHOME E OUTRO(S) - RS044277  
GUILHERME GABECH DE MELO - RS070462**  
**AGRAVADO : PAULO LUIZ PEREIRA**  
**AGRAVADO : MARIA DAS GRACAS CORREA**  
**AGRAVADO : ADEMIR BIN**  
**AGRAVADO : JOAO CARLOS MARQUES**  
**AGRAVADO : VALDI HENRIQUE SCHEWE**  
**AGRAVADO : PAULO FRANCISCO NUNES**  
**AGRAVADO : ERVINO RENATO DIENSTMANN**  
**AGRAVADO : SOLANGE FREITAS DE AZEREDO COUTINHO**  
**AGRAVADO : JANETE MADALENA EBERLE DE FREITAS**  
**ADVOGADOS : PAULO LUIZ PEREIRA - RS051771  
EVERSON PRANKE LOUZADA - RS076415  
KARINA PASQUALI E OUTRO(S) - RS084090**

## EMENTA

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO RESCISÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDANTE.

**1.** Nos casos em que a decisão rescindenda foi proferida antes da consolidação do entendimento jurisprudencial sobre o tema, a jurisprudência desta Corte Superior tem aplicado o enunciado da Súmula 343 do STF, não admitindo a propositura de ação rescisória fundada em violação literal de lei.

**1.1.** "Para a aferição da incidência da Súmula 343/STF, deve ser considerada a data em que proferida a decisão rescindenda, sendo irrelevante o trânsito em julgado em momento ulterior, quando postergado em razão da interposição de recursos excepcionais cujo mérito não foi analisado" (AgInt no REsp 1717140/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/03/2019, DJe 22/03/2019). Precedentes.

**2.** Agravo interno desprovido.

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas,

# *Superior Tribunal de Justiça*

acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi  
Relator